

SINDSEF-SP

FILIADO À

E A
CONDSEF

COMBATE ÀS OPRESSÕES

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Machismo - Racismo - Xenofobia - Etnocídio - LGBTfobia - NÃO!

Nenhum direito a menos, nenhum passo atrás!

Nos últimos meses, foram intensificados os ataques aos setores mais oprimidos da sociedade. Projetos de Lei extremamente retrógrados estão em debate na Câmara e no Senado Federal com possibilidade de seguirem para sanção da presidente Dilma Rousseff.

Machismo, NÃO! #ForaCunha

No dia 21/10, a Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) da Câmara aprovou Projeto de Lei 5069/13 de autoria do corrupto presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Veja alguns motivos para ser contra o PL 5069/13:

1. Nega às mulheres o direito a decidir sobre seu corpo;
2. Nega às mulheres o direito humano a receber atendimento e orientação dos profissionais da saúde, inclusive em caso de estupro;
3. Prisão de 4 a 8 anos para mulheres que tentarem aborto ou abortarem;
4. Pode criminalizar métodos contraceptivos, pois não especifica quais substâncias passam a ter a comercialização e a oferta proibidas;
5. Obriga a vítima de estupro a ir à polícia e fazer denúncia do crime e se submeter ao constrangedor exame de corpo de delito;
6. Restringe a definição de estupro para apenas "conjunção carnal";
7. Proíbe venda de meios abortivos (também dá brechas para a proibição da pílula do dia seguinte);
8. Prisão de 5 a 10 anos para os profissionais de saúde que fornecerem qualquer informação sobre aborto;
9. Legaliza a morte, supostamente em nome da vida.

Qualquer tipo de assessoria ou aconselhamento a uma mulher que deseja interromper a gravidez (inclusive o conselho de um amigo ou familiar) será considerado crime. Uma feminista que falar sobre o misoprostol (a pílula do dia seguinte) na internet poderá ir para trás das grades.

Mulheres em luta – Como resposta, milhares de mulheres estão mostrando sua força nas ruas. Até o final desta edição, já ocorreram manifestações nas ruas das capitais do Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará e Bahia e no Distrito Federal. Em SP, foram às ruas milhares delas. Segundo os movimentos envolvidos, participaram mais de 10 mil manifestantes. As mulheres que gritavam a liberdade estamparam no próprio corpo seus direitos e suas palavras de ordem.



Coluna do MML no ato em São Paulo

Foto: CSP-Comitês

Ninguém merece ser estuprada!

O PL 5069/2013 vai na contra-mão da realidade cruel em que, a cada 12 segundos, uma mulher é estuprada no Brasil, segundo dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Dilma. A estimativa leva em consideração o que prevê a Lei do Estupro (Lei 12.015/2009) que enquadra como estupro toda forma de sexo sem consentimento, mesmo dentro do casamento. "Passar a mão" também é crime.

#EstupradorNãoéPai – Segue aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) o Projeto de Lei 478/07, conhecido como Bolsa Estupro, que visa garantir uma bolsa a mulher que decidir ter o filho

fruto de estupro e propõe encontrar o responsável pelo ato e fazê-lo registrar a criança, como punição.

Estatuto da Família – Se de um lado, o PL 5069/2013 e PL 478/2007 impõe para as mulheres a responsabilidade exclusiva de ter os filhos; por outro, o PL 6583/2013 do Estatuto da Família, aprovado pela comissão especial na Câmara dos Deputados no dia 24 de setembro, torna-lhes ainda mais vítimas da discriminação, pois o projeto define família como a união entre homem e mulher. Mãe solteira e filho não são considerados família. Casais LGBTs com ou sem filho também não formam uma família, de acordo com o Estatuto.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A opressão da mulher se manifesta de diversas maneiras: na violência doméstica, na mercantilização do corpo da mulher, na dupla ou tripla jornada de trabalho, na falta de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres etc. Mas é a violência a face mais brutal do machismo.

O Brasil é o 5º que mais mata mulheres entre 84 países que compõem o ranking da Organização Mundial da Saúde. Com base neste dado do

Mapa da Violência 2015, são 3 assassinatos para cada grupo de 100 mil.

Ter uma mulher na presidência não trouxe nenhum ganho concreto. Dilma Rousseff não fez nada para reverter este quadro. Todo o avanço que significou a Lei Maria da Penha está comprometido porque não há a contrapartida do Governo Dilma em políticas públicas que garantam sua aplicação.

Etnocídio – O extermínio de comunidades indígenas

A situação de vida da população indígena no Brasil é degradante. Atualmente, centenas de pessoas vivem confinadas em pequenas reservas de terra, acampamentos improvisados em fazendas ou à margem de rodovias, ameaçadas por pistoleiros e em condições miseráveis.

Segundo a Funai (Fundação Nacional do Índio), existem no Brasil 220 tribos indígenas, totalizando cerca de 800 mil pessoas que vivem, em sua maioria, nas regiões Norte e Centro-Oeste. Desse total, cerca de 43 mil Guaranis-Kaiowá vivem em uma pequena área de 42 mil hectares ao sul do estado do Mato Grosso do Sul. Em todo estado, região onde o conflito por terras já fez muitas vítimas, 70 propriedades são alvo de disputa, entre fazendeiros e indígenas de diferentes etnias.

Se não bastassem os inúmeros genocídios que os povos indígenas sofreram desde a colonização, em pleno século XXI, o homem da chamada “civilização”, continua agindo de forma absurda e exterminando os povos indígenas. Milícias são criadas por fazendeiros para fuzilar os índios da região.



Foto: Divulgação

Diante da miséria, da falta de perspectivas e da ameaça de pistoleiros, aumenta o alcoolismo, a prostituição, a pedofilia e, principalmente, o número de suicídios entre a população Guaranis-Kaiowá aumenta. Em 2012, as mortes dos Kaiowá chocaram o país. Dados do Ministério da Saúde mostram que 32 indígenas deram fim à própria vida naquele ano.

Não à PEC 215!

As comunidades indígenas do Brasil estão em luta contra a aprovação da PEC 215 na Comissão Especial do Congresso, que transfere da União para Congresso Nacional o poder de decisão de julgar a demarcação de terras e promove outros ataques aos povos indígenas.

No dia seguinte à votação da PEC, a Câmara divulgou a abertura de uma CPI para investigar processos demarcatórios da FUNAI. Entre os focos está o Morro dos Cavalos, onde vive a aldeia Itaty, localizada a 30 km de Florianópolis (SC). Três dias após a bancada ruralista aprovar a PEC 215, a cacica Kerexu Ixapyry, líder da aldeia, foi ameaçada de morte.

Trinta homens atacaram a aldeia, que é habitada na maioria por crianças e adolescentes (60% do grupo). Uma força-tarefa das polícias foi convocada para retirá-los. Mas, os homens não foram presos e argumentaram que souberam através de um jornal que aquelas não eram terras indígenas e que seria aberta uma CPI para provar a acusação.



Kerexu Ixapyry é ameaçada de morte / Foto: DCM

Aquela área, porém, foi reconhecida tradicionalmente guarani em todas as instâncias judiciais, após 23 anos de trâmites. O que falta há pelo menos mais 3 anos é a homologação da terra, que deve ser feita pela presidenta Dilma Rousseff.

Desde que foi iniciado o processo de demarcação das terras indígenas na Grande Florianópolis, dez líderes guarani e Kaiowa foram assassinados no país.

Diante dessa realidade, estão acontecendo ações de resistência em diversos estados do país.

No final de outubro, uma reunião do conselho indígena de Aty Guassu, que reúne as lideranças de 39 aldeias do Mato Grosso do Sul e representa 45 mil indígenas, aprovou novas retomadas de terras para o próximo período.

Chega de Xenofobia!

#SomosTodosImigrantes

Os imigrantes haitianos têm sofrido com o preconceito e a discriminação no Brasil. A situação se agrava com ataques de violência física.

No dia 1 de agosto, 5 haitianos foram baleados e um morreu em frente à Igreja do Glicério, no centro de São Paulo.

Segundo denúncia da USHI (União Social dos Imigrantes Haitianos), entidade filiada à CSP-Conlutas, antes de efetuar vários disparos, um homem passou pelo local de carro e insultou os haitianos, afirmando que eles estariam “roubando os empregos dos brasi-

leiros”, e que deveriam “voltar para seu país”.

A USIH ainda tem informações de que outro crime com essas mesmas características ocorreu em Curitiba (PR). Dois haitianos foram atacados por um homem armado. Na mesma capital, em 2014, 13 trabalhadores do Haiti denunciaram espancamentos sofridos dentro de empresas em que trabalhavam.

O crime mais recente aconteceu no dia 17 de outubro de 2015, em Navegantes (SC). Um haitiano foi espancado até a morte.

Na cidade de São Paulo, o bairro do Glicério, onde ocorreu o aten-



Foto: CSP-Conlutas

tado, já é conhecido pela grande concentração de imigrantes do Haiti e da África. Eles estão espalhados por toda a capital, seja em trabalhos precários ou na pior das situações como mendigos.

Vítimas da exploração dos es-

tados imperialistas que tem como parceiros países emergentes como o Brasil, imigrantes haitianos, angolanos, senegaleses e tantos outros sofrem aqui uma sobrecarga nefasta da opressão: A combinação da xenofobia e do racismo.

CRISE DOS REFUGIADOS NA EUROPA



Foto: Nilufer Demir/Doğan News Agency/AFP

Os africanos e haitianos estão em meio à chamada crise de imigração, que tem abalado principalmente a Europa e que já é considerada a maior onda migratória desde a Segunda Guerra Mundial no continente. Apenas este ano, mais de 300 mil refugiados de guerras e da miséria chegaram aos países europeus.

Na travessia do Mediterrâneo, mais de 3 mil pessoas perderam a vida neste ano de 2015. Destacou-se a cena do pequeno Aylan encontrado morto após afogamento em uma praia da Turquia. Mas também foi chocante a notícia de um caminhão frigorífico abandonado na Áustria com mais de 70 corpos de imigrantes sírios mortos por asfixia e de 188 mil pessoas resgata-

das pela guarda costeira e deportados.

Não são imigrantes em busca simplesmente de uma "vida melhor", como ocorreu em outros momentos na história, mas para fugir da morte. São vítimas de guerras civis, do terrorismo, das perseguições e da miséria, cujos responsáveis são a própria União Europeia e os Estados Unidos.

É preciso tratar a todos como refugiados, dando asilo, moradia – a partir de medidas como expropriações de prédios vazios para abrigar os imigrantes –, por fim à repressão nas fronteiras e suspender o pagamento das dívidas públicas, para garantir direitos básicos às famílias e acabar com esta catástrofe do capitalismo.

A nossa luta é de raça e classe!

Um relatório publicado no dia 12 de setembro de 2014 pela Organização das Nações Unidas (ONU) constatou que falar em "democracia racial" no Brasil é uma farsa. O racismo está profundamente enraizado em nossa sociedade e as práticas discriminatórias só crescem.

Exemplos conhecidos de racismo não faltam para ilustrar a constatação tardia da ONU: Casos como das ofensas e xingamentos à garota do tempo do Jornal Nacional, Maju Coutinho e, mais recente - mas não a primeira vez - à atriz Taís Araújo simbolizam humilhações cotidianas. O assassinato de DG, dançarino do programa "Esquenta", do pedreiro Amarildo e da auxiliar de serviços gerais Cláudia da Silva, todos pelas mãos da PM, representam o genocídio que vitima outros milhares de trabalhadores e jovens negros, ano após ano. Mas, o racismo também está na ausência de história e cultura do povo negro nos livros didáticos, na demonização das religiões de matriz africana etc..

Ainda hoje, a opressão e o mito da inferioridade estão presentes no cotidiano desta parcela da sociedade. São constantemente utili-

zadas para justificar o pagamento de salários rebaixados e as investidas policiais, que atinge principalmente os jovens negros. Esse quadro de extrema violência com recorte racial tem sido qualificado como genocídio e extermínio da população negra.

A diferença agora, é que a população pobre e negra não está se sujeitando às mortes e arbitrariedades impostas pela Polícia Militar, e se revolta.

Redução não é a solução! – A redução da maioridade penal para 16 anos (PEC 171/93), que tem todo o empenho de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para ser aprovada, visa legitimar genocídio da juventude negra.

Nos 54 países que reduziram a maioridade penal, não houve registro de queda na violência. Muitos deles, como Alemanha e Espanha já voltaram atrás da redução.

Ao invés de colocar crianças no sistema prisional, que é a escola do crime no Brasil, o governo deveria fornecer melhores condições de educação, de saúde e de pleno emprego aos jovens, para evitar infrações. Mas, ao contrário do que deveria fazer, Dilma tem ampliado o ajuste fiscal com cortes brutais na educação e saúde.

"Eu tenho um sonho. O sonho de ver meus filhos julgados por sua personalidade, não pela cor de sua pele". (Martin Luther King)

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira conta atualmente com 202,7 milhões de habitantes, sendo que, deste total, 53% se declara negra ou parda. Apesar de ser a maioria da população, os trabalhadores negros ganham, em média, pouco mais da metade (56%) do rendimento recebido pelos trabalhadores brancos.

Mulher negra – Quando observamos sob o ponto de vista de gênero, as diferenças são ainda maiores. As mulheres negras vivem condição agravada pela união dos efeitos das discriminações de gênero e raça.

Os salários das negras são quase duas vezes menores que as mulheres brancas, estão nos empregos mais precarizados, no trabalho informal ou nas funções de empregadas domésticas. Sofrem com a falta de serviços públicos, como creche, uma vez que são muitas vezes mãe solteiras e a única fonte de renda da família.

Serviço Público – As mulheres negras, grupo com menor partici-



pação no serviço público federal, representam apenas 12% dos trabalhadores nesta esfera, o equivalente a metade de sua participação no serviço público de forma geral. Em relação aos rendimentos, o setor público, apesar de exibir nível de desigualdade um pouco menor, reproduz a hierarquia constatada na análise agregada das ocupações. Nela, os homens brancos situam-se no topo, seguidos pelos homens negros, pelas mulheres brancas e pelas mulheres negras, nessa ordem.

Com a finalidade de mudar esta realidade a implementação de ações afirmativas, tanto nas universidades, quanto no setor público e privado, são indispensáveis para buscar a igualdade racial.

A luta contra a LGBTfobia

Embora muitos homossexuais ainda escondam sua orientação sexual, o último censo do IBGE revelou algo inédito em nosso país. Cerca de 60 mil casais são formados por pessoas do mesmo sexo.

Diante disso, em maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ser favorável a União Estável para casais LGBTs. Em 2013, decidiu a favor do casamento para o segmento. Novas garantias puderam ser dadas após essa decisão, como pedidos de aposentadoria, pensão no caso de separação e uso de plano de saúde.

As decisões do STF são frutos da luta das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT). Porém, desde a Constituição de 1988, o parlamento brasileiro não aprovou nenhuma lei que garante os direitos desta população.

O PLC 122/2006, que criminaliza a homofobia, foi arquivado definitivamente. O PLC havia sendo modificado de modo a permitir a prática da homofobia em nome de outras "liberdades", como a de crença. Agora, o caminho é construir uma nova proposta que atenda melhor o próprio movimento LGBT.

A criminalização da LGBTfobia (termo que engloba várias orientações sexuais e identidades de gênero) é urgente, porque enquanto isso não vira lei, muito sangue é derramado.

A cada uma hora, um LGBT sofre violência no Brasil, sendo, no total, 6,5 mil casos no ano passa-



do. Geralmente, a violência é física – espancamento, chutes, socos. E a cada 27 (vinte e sete) horas, um LGBT é assassinado no país, sendo 326 casos em 2014, segundo o Grupo Gay da Bahia. Esse fato vem chamando a atenção de organismos internacionais de Direitos Humanos e coloca nosso país na condição de líder no ranking em violência contra o segmento LGBT.

É importante ressaltar que as Travestis e as Transexuais formam o grupo mais vulnerável. O risco das travestis serem assassinadas é 15 vezes maior do que os gays. E mais, a maioria dos crimes são mortes violentas, típicas de "crimes de ódio", com extrema crueldade.

O mito da ideologia de gênero

Nada mais que um mito para atacar o direito das mulheres e LGBTs, a ideologia de gênero, infelizmente, é defendida, por exemplo, pelo Vaticano, desde o ano 2000.

Segundo a Igreja Católica, a suposta ideologia está convencendo as pessoas de que os casais LGBTs devem ser considerados como casais normais (e são!) e está pervertendo a identidade sexual das crianças (nada a ver!). Ao afirmar isso, essa instituição defende que LGBTs não podem formar uma família e que ser LGBT é uma perversão, um pecado, uma doença.

Com isso, por pressão das bancadas fundamentalistas, muitos estados e municípios excluíram de seus planos de educação tudo o que consideraram ideologia de gênero, como a "ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual" - trecho do Plano Nacional de Educação (PNE).

Gênero é um artifício teórico, criado na segunda metade do século passado, para designar as construções sociais sobre o masculino e o feminino. Portanto, gênero não é uma ideologia.

A igualdade de gênero deve ser um valor democrático, tão legítimo quanto à liberdade religiosa. Não é à toa que quem defende essa igualdade, defende o Estado laico. Ninguém pode se utilizar da fé das pessoas para retirar direitos dos oprimidos e espalhar o preconceito.

Ideologia de gênero simplesmente não existe. O que existe é LGBTfobia!

Sindsef-SP na luta contra todas as formas de opressão e exploração

Sindsef-SP tem sido vanguarda na luta contra o machismo, o racismo, à LGBTfobia, a xenofobia e outras formas de opressão.

Não é possível lutar contra a exploração capitalista sem combinar a esta luta o combate direto e cotidiano contra todas as formas de opressão. Para conseguir de fato uma transformação social é preciso construir uma sociedade socialista sem oprimidos e sem explorados.

O Sindsef-SP defende:

- Aumento geral dos salários! Salário igual para trabalho igual, para negros e brancos, homens e mulheres e contra a perda de direitos sociais e trabalhistas.
- Todos que sofrem com assédio moral, racial e sexual, fruto das mazelas

do capitalismo e do racismo, do machismo e da homofobia.

- Que a luta contra o racismo, o machismo e a homofobia e todas as formas de opressão só pode ser vitoriosa em unidade com o conjunto dos trabalhadores, de forma independente dos governos e patrões;
- Fim da intolerância religiosa afro-brasileira. Pela valorização da cultura negra e popular das periferias e do campo/quilombolas e da cidade/juventude negra.
- Titulação e reconhecimento estatal de todas as comunidades quilombolas;
- Garantia de atenção integral à gestante no parto e pré-natal. Por licença-maternidade de 6 meses sem isenção fiscal, para todas as mães trabalhadoras, inclusive para as adotantes!

- Creches em tempo integral, gratuitas e de qualidade para todos os filhos da classe trabalhadora!
- Anticoncepcionais para não abortar, aborto legal, seguro e gratuito para não morrer!
- Autonomia sobre o próprio corpo, contra a exigência de autorização do marido para realização de "ligadura".
- Fim da violência contra a mulher! Aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha! Punição dos agressores, construção de casas-abrigo!
- Criminalização da LGBTfobia, desmilitarização da PM;
- Igualdade de direitos para os casais independente da orientação e do gênero;
- Garantia do nome nos espaços públicos e de trabalho – campanha de acesso universal a alteração de nome

- de registro para pessoas transexuais;
- Despatologização de identidade das pessoas transexuais;
- Políticas de saúde da mulher lésbica e de pessoas transsexualizadas;
- Não à xenofobia! Nenhum ser humano é ilegal! Toda solidariedade aos refugiados!

É fundamental seguir denunciando as mazelas e todos os ataques que os fundamentalistas e os governos têm imposto aos oprimidos da classe trabalhadora. Isso inclui não somente bandeiras específicas de cada segmento oprimido, mas também pautas gerais da classe, como a revogação das MP's 664 e 665, contra o projeto da terceirização, o PPE (Plano de Proteção ao Emprego) e o Ajuste Fiscal. Que os ricos paguem pela crise!